

## Filipa Riacho

---

**De:** 5854 [5854@solicitador.net]  
**Enviado:** sexta-feira, 13 de maio de 2016 17:49  
**Para:** CAAJ - Correio Oficial; cp.ae@osae.pt  
**Assunto:** Aviso nº 5523-A/2016 - Contributo nos termos do artigo 101 nº 2 do CPA  
**Anexos:** doc03402720160513185201.pdf

Exmos. Senhores,

Venho, por este meio, e ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 101 do Código de Procedimento Administrativo, remeter o meu contributo relativamente ao Aviso nº 5523-A/2016 de 28 de Abril.

Com os melhores cumprimentos, sou, atenciosamente,

A Agente de Execução ao dispor,

Ângela Peixoto (CP 5854)

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO  
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA  
Entrada / ~~Sigla~~ Nº 2324/2016  
Processo Nº 3212/16  
Data 13/05/2016

EXM<sup>os</sup>. SRS.

PRESIDENTE DO CONSELHO PROFISSIONAL DA  
ORDEM DOS SOLICITADORES E DOS AGENTES  
DE EXECUÇÃO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PARA O  
ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DA  
JUSTIÇA E

**ÂNGELA PEIXOTO E CLÁUDIA GONÇALVES ESTEVES**, na qualidade de Agentes de Execução titulares das cédulas profissionais 5854 e 5852, respectivamente, vimos pelo presente, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, apresentar o nosso contributo quanto ao projecto para a fixação do número máximo de processos executivos a designar a agentes de execução e sociedades de agentes de execução.

### **QUESTÃO PRÉVIA**

É de louvar a medida que se pretende agora adoptar: a contingentação de processos por Agente de Execução e Sociedades de Agente de Execução.

No entanto, o efeito benéfico da contingentação seria completamente esvanecido pela implementação de um regime de distribuição nos moldes idênticos ao do PEPEX.

É essencial para o bom funcionamento da justiça e confiança no sistema judiciário, a manutenção do regime de nomeação do Agente de Execução pelo Exequente.

Aliás, a evolução legislativa operada até agora tem sido no sentido do fim da competência territorial.

Não é impedimento de um bom exercício da actividade a possibilidade de o mesmo exercer em todo o território nacional.

Bem sabemos que o Aviso nº. 5523-A/2016, de 28 de Abril, em momento algum refere o fim da nomeação do Agente de Execução pelo Exequente. No entanto, sabemos que é uma possibilidade que se encontra em aberto.

Resulta expressamente do artº. 724º, nº. 1 al. c) do CPC, em conjugação com o artº. 720º, nº. 1 do CPC, que é o Exequente, na pessoa do seu Mandatário, quem escolhe, de entre os Agentes de Execução registados em lista oficial, o Agente de Execução com quem pretende trabalhar, fazendo-o constar no requerimento executivo.

Com efeito, se outrora a atribuição de processos ao Agente de Execução se fazia aleatoriamente pelos Agentes de Execução inscritos, a opção legislativa foi a de seguir o caminho da livre escolha, isto é, a parte é livre não só de escolher o Mandatário em quem confia, como o Agente de Execução com quem pretende trabalhar.

Na verdade, tal opção é bem visível no regime estabelecido para a substituição de um determinado Agente de Execução por outro. Refere o artº. 720º, nº. 4 do CPC, que o Exequente pode livremente substituir o Agente de Execução, bastando para tanto que exponha o motivo da substituição.

A escolha pelo Exequente do Agente de Execução funciona como um importante estímulo para actividade do Agente de Execução que, para além da questão financeira, vê o seu trabalho reconhecido e valorizado, o que traz ganhos eminentes em matéria de eficiência, eficácia, celeridade e competência.

Naturalmente, é reconhecido por todos o efeito perverso da liberdade de escolha do Agente de Execução sem que se tivesse fixado um número máximo de processos executivos por Agentes de Execução e Sociedades de Agentes de Execução. Tal problema, ficará, em nessa modesta opinião, ultrapassado com a contingentação de processos.

**A IMPORTÂNCIA NA FIXAÇÃO EXACTA DOS CRITÉRIOS SUGERIDOS NOS ARTIGOS 1º, 2º E 3º DO AVISO:**

Não menos importante que a fixação de um limite máximo de processos executivos a designar a Agentes de Execução e Sociedades de Agentes de Execução, é a fixação de critérios objectivos e transparentes.

A fórmula de cálculo utilizada quer para o Agente de Execução, quer para a sociedade de Agente de Execução, afigura-se-nos correcta e rigorosa e parece premiar o bom trabalho do Agente de Execução, bem como a independência económica em relação aos Exequentes.

No entanto, não se percebe o porquê da majoração de que beneficiam os grandes escritórios de Agentes de Execução que têm outros Colegas a trabalhar para si, com salários reduzidos e sem qualquer independência profissional. A referida majoração incentiva a que se fomente e prolifere o número de Agentes de Execução a trabalhar para outros Agentes de Execução, perdendo-se o elemento fulcral da nossa profissão: a liberalidade da profissão. Fica, deste modo, posta em causa a dignidade da profissão de Agente de Execução, o que não sucede com as demais profissões especializadas participantes na Boa Administração da Justiça. **Não existem Notários a trabalhar, em regime de contratos de trabalho, em exclusividade e a tempo inteiro, para outros Notários ou Administradores de Insolvência a trabalhar, em regime de contratos de trabalho, em exclusividade e a tempo inteiro, para outros Administradores.**

E ainda menos se percebe a majoração de que beneficiam os Agentes de Execução que têm contratados funcionários forenses em regime de exclusividade e a tempo inteiro até ao limite de 5. Compreender-se-ia tal majoração relativamente a 1 (um) funcionário por Agente de Execução. Mais que 1 (um) funcionário forense por Agente de Execução, significa que o Agente de Execução, se precisa de mais do que 1 (um) funcionário, está a receber processos acima da sua capacidade de trabalho e só se explica essa necessidade se o funcionário estiver a desempenhar algumas das funções próprias de Agente de Execução, para as quais não possui qualificação

profissional. A utilização de funcionários para tramitação processual executiva deve ser combatida e não premiada.

No que respeita aos indicadores de desempenho e respectiva valoração, bem como ao número de processos executivos para que os Agentes de Execução podem ser designados, sugerimos, em nome da transparência, que os mesmos sejam públicos, mediante publicação na página de CAAJ.

Em jeito de conclusão, deixamos algumas sugestões daquilo que poderia ser a evolução da actividade de Agente de Execução:

#### 1. ACESSO AO DIREITO

Parece-nos importante que se crie um sistema que permita que os Agentes de Execução que assim entendam se inscrevam no Sistema de Acesso ao Direito, mediante remunerações tabeladas, passando a exercer as funções que agora se encontram confiadas ao Oficial de Justiça.

Para além de fomentar o trabalho dos Agentes de Execução, fomenta a igualdade no Acesso à Justiça e liberta o tribunal do desempenho desse tipo de funções.

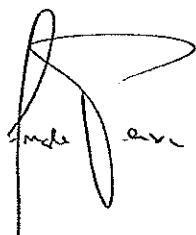
#### 2. ACESSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS E ADMINISTRATIVAS DOS ORGANISMOS PÚBLICOS.

Parece-nos importante que as dívidas a Empresas com Concessões Públicas, Empresas Municipais, Institutos Públicos, Universidades e Câmaras Municipais, pelo menos essas, sejam cobradas através de Agentes de Execução, mediante remunerações tabeladas e distribuídas aleatoriamente pelos Agentes de Execução que optem por se inscrever nesse tipo de cobranças.

A cobrança destas dívidas através dos Agentes de Execução seria mais eficaz e célere e libertaria os funcionários até então encarregues dessas cobranças para outras funções.

Tanto no Acesso ao Direlto, como nas Execuções Administrativas, por se tratar de Organismos Públicos ou Afins faz todo o sentido que a atribuição de processos seja feita mediante simples distribuição aleatória pelos Agentes de Execução inscritos em Lista Oficial.

As Agentes de Execução,

A handwritten signature in black ink, appearing to be "André", with a stylized, looping flourish.A handwritten signature in black ink, appearing to be "Claudia", with a stylized, looping flourish.